

GABINETE VEREADOR DR. EDUARDO ASSIS

2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO - CCJR

PROJETO DE LEI: Nº 209/2025 - de autoria do Vereador Ivo Neto, que “DISPÕE sobre a criação do “Programa Cientistas do Amanhã: Educação, Inovação e Tecnologia” na rede municipal de ensino e dá outras providências”.

PARECER

De plano é importante destacar que cabe a esta comissão analisar apenas questões pertinentes a legalidade dos Projetos de Leis, desta forma abrindo mão de qualquer análise de mérito do referido projeto.

Inicialmente, é importante esclarecer que, o presente projeto versa sobre a criação do Programa Cientistas do Amanhã: Educação, Inovação e Tecnologia na rede pública de ensino do Município de Manaus.

O projeto de lei em questão, tem como objetivo incentivar a educação científica e tecnológica, promover a pesquisa no ambiente escolar, estimular o pensamento crítico e impulsionar a inovação entre os estudantes da rede municipal de ensino.

Em análise, destaca-se que, a Constituição Federal de 1988 consagra expressamente como um direito social fundamental, que o poder público deve garantir o **direito a educação**. Ademais, o princípio da dignidade da pessoa humana é um valor moral e espiritual inerente à pessoa, ou seja, todo ser humano é dotado desse preceito, e tal constitui o princípio máximo do estado democrático de direito, vejamos:

Art. 6º São direitos sociais **a educação**, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.



GABINETE VEREADOR DR. EDUARDO ASSIS

Ainda, o presente projeto não violará a lei orçamentária anual, uma vez que, a própria legislação local, prevê a possibilidade desta casa legislativa autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais, caso seja necessário, nos seguintes termos:

Art. 22. LOMAN - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, e especialmente:

(...)

III - plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

Portanto, o orçamento da área da educação é um dos maiores orçamentos municipais, o que não inviabilizará a implementação do presente projeto, assim como, caso seja aprovado, o presente projeto não necessariamente será criado imediatamente após a autorização legislativa, ou seja, poderá ser implementado no ano seguinte, ocasião em que será acrescido na Lei Orçamentária Anual do próximo ano.

Outro ponto que merece destaque, é que as diretrizes para a execução do Programa serão definidas pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

Ademais, não enseja em custo significativo ou quaisquer despesas extravagantes para erário público municipal, a criação do respectivo programa, visto que, o município poderá estabelecer parcerias necessárias com a iniciativa privada, instituições educacionais ou funcionais.

Portanto, não vejo óbice ao prosseguimento do Projeto de Lei do nobre vereador.





CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



GABINETE VEREADOR DR. EDUARDO ASSIS

Face ao exposto, nos aspectos que compete essa comissão, me manifesto
FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 209/2025.

É o parecer.

Manaus, 10 de Setembro de 2025.

Vereador Dr. Eduardo Assis

Relator

